

FORMAÇÃO DE PROFESSORES: QUE POLÍTICA QUEREMOS?

DOCUMENTO DO FÓRUM ESTADUAL PAULISTA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA AS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - 15/12/97¹

CENÁRIO ATUAL DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO ESTADO DE SÃO PAULO

A formação de professores das séries iniciais, no Estado de São Paulo, é realizada em dois níveis de ensino: médio e superior. No médio, a formação é feita em, aproximadamente, 54 CEFAMs e 280 HEMs, mantidos pelo governo estadual, com 4 anos de duração. No superior, também com duração de 4 anos, a formação se dá em cursos de Pedagogia, tanto da rede pública, quanto da rede particular.

O Estado possui essa oferta e os resultados nem sempre têm indicadores de sucesso. Por isso, a discussão que este documento propõe, refere-se à definição de políticas de formação de professores, inicial e contínua, a par das novas determinações da LDB, em consonância com os desafios da sociedade contemporânea. Afinal, formar um cidadão com possibilidades de ampla participação sócio-cultural, requer uma formação de professores capacitados a enfrentar tal desafio.

A LDB E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO ESTADO DE SÃO PAULO

Com o aprovação da nova LDB, aceleram-se algumas alterações no cenário da formação de professores para as séries iniciais do ensino fundamental e, no contexto do movimento de institucionalização que ela gerou, urge um posicionamento quanto à formação de docentes.

No que se refere à formação de professores, a LDB incorporou parte importante das sugestões que vieram sendo gestadas e compartilhadas pelas entidades dos educadores brasileiros, desde as proposições da IV CBE (Goiânia, 1986), para o capítulo da Educação na Constituição de 1988. No entanto, em que pese a importância do texto legal, não existe, ainda, claramente configurada uma política orgânica de formação e de valorização docente no país.

Para esse nível de escolarização e para a educação infantil², a LDB estabelece como

regra que a formação dos docentes far-se-á em nível superior (art. 62). A percepção de que se faz necessária a elevação da formação docente para esse nível de escolaridade, reivindicação de longa data em nosso país e já consolidada em grande parte nos países em desenvolvimento, fica assim contemplada. No mesmo art. 62, admite-se como formação mínima "a oferecida em nível médio, na modalidade Normal". Nas Disposições Transitórias (Título IX, artº 87, parágr. 4º), dispõe que até o final da Década da Educação (2007) "somente serão admitidos professores habilitados em nível superior ou formados por treinamento em serviço".

Cabe lembrar, a reivindicação de todos, inclusive expressa na LDB, de universalização também do ensino médio. Tendo sido desvinculada desse nível de ensino a formação profissional e tendo as habilitações sido remetidas para o ensino profissionalizante, torna-se preocupante a definição da formação de docentes para as séries iniciais e educação infantil em nível médio, na modalidade Normal, na medida em que não está claro se ela se apresenta como uma alternativa ao ensino médio ou complementar a ele. E, em qualquer caso, em que ela avança em relação às modalidades já existentes?

A Lei também preconiza que a formação, em nível superior, poderá dar-se, nas universidades, assim como em institutos superiores (art. 62). Neste último caso, a novidade é a criação desses institutos superiores que, conforme o art. 63, oferecerão cursos de formação de profissionais para a educação básica, "inclusive o curso normal superior, destinado à formação de docentes para a educação infantil e para as primeiras séries do ensino fundamental"(inciso I).

As possibilidades que se abrem para a proposição de inovações curriculares ampliam os atuais impasses da formação.

Considerando o perfil profissional do professor de que a educação escolar necessita - frente aos novos conhecimentos e avanços tecnológicos, frente às difíceis questões do multiculturalismo, da raça, do poder, do conhecimento, da ética e do trabalho, frente à necessidade de um profissional reflexivo, capaz de ultrapassar os conhecimentos do senso comum, sem, no entanto, desconsiderá-lo; alguém com habilidades de investigação para compreender o saber fazer derivado não só do curso de formação,

¹ Este documento expressa o esforço coletivo do Grupo de Trabalho sobre Formação de Professores para as Séries Iniciais do Ensino Fundamental do Congresso Estadual Paulista. de Águas de São Pedro, e espera incorporar diferentes contribuições para a discussão do tema.

² É necessário lembrar que o Ensino Fundamental compreende também a Educação de Jovens e Adultos e o Ensino Especial. (Acrescido da Educação Infantil e do Ensino Médio, compõe a Educação Básica). A LDB coloca o direito de todos à educação

. No entanto, no que se refere à Educação de Jovens e Adultos, a reduz aos tradicionais cursos e exames supletivos (artigos 37 e 38), desqualificando-a e omitindo a formação de professores para essa modalidade de Ensino Fundamental.

mas também da sua matriz cultural - algumas colocações podem subsidiar as reflexões sobre a formação dos professores:

- Até que ponto universalizar o sistema de ensino supõe diferentes instâncias formadoras de professores?
- Até que ponto a diversidade de instâncias formadoras garantiria um *locus* de ensino e de pesquisa, com acervo científico/ cultural pertinente e garantia das articulações com o sistema de ensino público, necessários para uma formação docente de qualidade?
- Até que ponto os investimentos requeridos para a transformação e a manutenção das diferentes instâncias formadoras de professores não se configurariam como um equívoco, se considerarmos o montante de recursos necessários e a serem distribuídos com maior equidade?
- Até que ponto a criação de Institutos Superiores não viria a favorecer a criação de institutos particulares empresariais de formação docente, enfraquecendo, ainda mais, o compromisso do Estado com a educação pública e gratuita, nesse nível?

DEMANDAS DA SOCIEDADE E FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Além da LDB, outras alterações no cenário da formação de professores, são identificadas por GATTI (1996). Referem-se às mudanças que estão ocorrendo nas relações de trabalho no mundo contemporâneo. O novo cenário - com as novas tecnologias, as novas relações sociais e de trabalho - introduz um movimento de transformações em que a informação e a comunicação ocupam papéis centrais. Nesse *novo cenário*, é importante assinalar quem faz a educação e como os inúmeros países vêm desenvolvendo políticas e ações na área educacional, especialmente, em relação à formação dos professores. Estes têm sido considerados por países como França, Espanha, Portugal, Austrália, Inglaterra, Canadá e Estados Unidos, como *personagens centrais e importantes na formulação e no desenvolvimento de inovações, que objetivam um ensino de qualidade social, no qual a disseminação do conhecimento e de elementos substanciais da cultura são fundamentais*. Nesse sentido, muito pouco tem sido feito no Brasil em relação à *qualidade de formação e à carreira dos docentes*, para que se possa reverter o quadro dramático do nível da população em geral³.

Por outro lado, há que se considerar com preocupação os resultados do ensino auferidos pelo SAEB (1996). Entendendo-se a importância do trabalho do professor para a reversão desse quadro, fica evidenciada a necessidade de se

investir na elevação e na qualidade de sua formação. Além de se investir na melhoria das condições de carreira e das condições de trabalho nas escolas, para que estas favoreçam a construção coletiva de seus projetos pedagógico-educacionais, a partir das necessidades a serem superadas.

Cabe, no entanto, perguntar em que medida, e sem menosprezar a importância do processo de avaliação de qualquer sistema educacional, os resultados obtidos pelo SAEB⁴ refletem indicadores de desempenho que caracterizam a qualidade da escola brasileira. E, como esses resultados poderiam estar contribuindo para a melhoria da formação docente e para a definição das instâncias em que esta formação deve ocorrer.

Os dados estatísticos do MEC informam que o percentual em todo o país, em 1995, de 1ª à 4ª Séries, corresponde a 81,3% de promoção e 18,7% de reprovação. Em São Paulo, corresponde a 88,3% de aprovados e 11,7% de retidos. Mas, na 2ª Série, esse índice sobe para 21,3% de retenção. O relatório dos dados levantados mostra, também, que de 1981 a 1996 a evolução do índice de promoção tem diminuído de 57% para 44% e, conseqüentemente, tem aumentado a repetência de 41% para 55%. Embora, como tendência decrescente, o tempo médio de conclusão no Ensino Fundamental tenha sido de 11,2 anos em 1995.

Em nível estadual, dando continuação ao programa de avaliação educacional, a Secretaria da Educação desenvolveu, nos dois últimos anos, o SARESP - Sistema Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo.

O resultado da avaliação efetuada, em 1996, espelha a situação do rendimento dos alunos ao final do Ciclo Básico. O percentual de acertos mostra: Português = 70,1% de acertos nas questões; Matemática = 65,0% e Redação = 55,0%⁵.

Os rendimentos apurados mostram, também, que menos de 40% dos alunos acertaram somente 50% das questões em Português, e, pouco mais de 35%, em Matemática.

As exigências atuais de qualificação pedagógica no enfrentamento da formação voltada para a cidadania, estão indicando a necessidade de se redimensionarem e de se definirem políticas educacionais. No caso das séries iniciais, especial atenção deve ser dispensada em relação a uma formação sólida, reclamada pelos avanços da contemporaneidade, no que se refere ao desenvolvimento de habilidades básicas para aprender e situar no mundo.

Frente a essa realidade, impõe-se o desafio de fazer da docência uma profissão digna e respeitada, que possibilite ao docente gestar propostas e práticas pedagógicas capazes de mudar o quadro lastimável da escolarização no

³ Relatório da 3ª Reunião do Fórum Estadual Paulista sobre Formação de Professores para as Séries Iniciais do Ensino Fundamental - Reitoria - UNESP, p. 1, 1996.

⁴ Ver resultados do SAEB/96 - MEC/SEDIAE/INEP.

⁵ Informe Estatístico/1996 - MEC-INEP.

Brasil. Este objetivo se concretizará, na medida em que os Planos de Carreira valorizarem a docência, os salários e as condições de trabalho do docente, tornando a profissão atrativa aos jovens; assim como, quando as políticas de formação forem instigadoras para criar as condições de formação de *professores reflexivos*⁶, uma das características do perfil desejado para os docentes, de maneira geral.

Nesse sentido, devemos ter como perspectiva não mais uma formação orientada pela racionalidade técnica, que considera o professor como mero executor de decisões alheias, mas na compreensão de que ele decide e, num processo de permanente reflexão sobre suas ações cotidianas é capaz de, confrontando-as com as produções teóricas, rever suas práticas, e, conseqüentemente, as teorias que as informam. Assim, o professor desenvolve a habilidade de pesquisar sua própria prática, na medida em que, inclusive, numa prática coletiva, discute-as com seus colegas, constituindo-se a escola num espaço de formação contínua. Enquanto tal, pensar sua formação significa pensá-la como um *continuum* de formação inicial e permanente. Entendendo, também, que a formação é, também, *autoformação*, uma vez que os professores reelaboram os saberes iniciais em confronto com suas experiências práticas, cotidianamente vivenciadas nos contextos escolares. É nesse confronto e num processo coletivo de troca de experiências e práticas, que os professores vão constituindo seus saberes, refletindo *na e sobre* a prática⁷.

EXPECTATIVAS DO FÓRUM ESTADUAL PAULISTA SOBRE FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA AS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Para subsidiar a análise, este Fórum está desenvolvendo um levantamento junto aos professores das séries iniciais do Estado de São Paulo, com a finalidade de identificar as características dos seus cursos de formação. Para tanto, foram encaminhados 2898 questionários informativos (responsabilidade dos membros deste Fórum) para professores de 1ª à 4ª série, de 10 Delegacias de ensino do Estado de São Paulo, com retorno de 2147 questionários (74%).

Considerando-se a fase de análise preliminar dos dados, pode ser apontado que, aproximadamente, 98% desses professores são do sexo feminino e encontram-se na faixa etária dos 26 aos 55 anos. A formação em 2º grau se deu na HEM (70,2%), no CEFAM (1,5%).⁸ Apurou-se que

42,5% têm formação em Pedagogia e esta formação se deu em escolas particulares (88,3%) e em escolas públicas (8,9%).

A atual qualificação pedagógica em que se encontra a maioria dos professores, para a realização de um competente trabalho escolar com alunos em fase de educação básica frente à complexidade do mundo contemporâneo, está a exigir uma política de formação contínua de professores, tanto em presença com seus pares, quanto à distância na comunicação com outros pares e parcerias, cada vez de melhor qualidade, incluindo articulações responsáveis entre os múltiplos meios tecnológicos (tradicionais, novos e novíssimos) de informação e de comunicação, bem como práticas de pesquisa educacional sobre esses usos comunicacionais.

Nesse contexto, há de se promover uma consistente política educacional que não venha a desqualificar, ainda mais, o professor, através de cursos à distância desarticulados das modalidades presenciais. Espera-se que o professor deixe de ser considerado como mero "repassador" de conteúdos aos aprendizes e que seja um gestor e organizador de processos de comunicação escolar, de maneira responsável, frente a conhecimentos sobre o mundo e suas necessárias transformações sobre a ética e valores sociais.

Cabe ressaltar que essa responsabilidade é antes tarefa das políticas educacionais, que devem capacitar os professores quanto ao uso eficaz da heterogeneidade dos meios de comunicação, cada vez mais crescente e presente no contexto de formação dos cidadãos brasileiros.

Diante das considerações apresentadas, fruto das reflexões que este Fórum Estadual Paulista sobre Formação de Professores para as séries iniciais do Ensino Fundamental vem realizando, espera-se com este documento:

- o intercâmbio de reflexões sobre o tema com os demais grupos e/ou instâncias interessadas na definição de política de Formação de Professores no Estado de São Paulo⁹;
- a socialização das posições discutidas por este Fórum, a saber:
 - o nível da formação de professores no Estado de São Paulo deve ser progressivamente elevado ao superior;
 - a formação dos professores das séries iniciais deve ser garantida em cursos específicos de formação docente;
 - as universidades devem estabelecer compromisso efetivo com essa formação e com uma política de educação que amplie os indicadores de desempenho da escola brasileira para melhoria da qualidade de ensino;
 - a formação de professores deve ser feita com qualidade, considerando-se as experiências bem sucedidas. Experiências que introduziram nas escolas de formação os Coordenadores

⁶ LORIERI, M. PIMENTA, S. G. LEITE, Y., U. F. Que Professor Formar para as Séries Iniciais do Ensino Fundamental? In: *Textos Geradores e Resumos*. IV Congresso Estadual Paulista sobre Formação de Educadores. Águas de São Pedro, SP, p. 20, 1996.

⁷ *Ibidem*, p. 20.

⁸ Do total, 528 não responderam a questão, o que representa 24,6%.

⁹ A primeira versão deste documento foi encaminhado aos GTs de Licenciatura, Pedagogia, Educação Especial, Educação Continuada e Pós-Graduação.

Pedagógicos, que modificaram suas formas de gestão, seus currículos e suas condições de trabalho com horário de trabalho pedagógico coletivo em proporção suficiente para a elaboração e execução dos projetos pedagógico-educacionais, com a realização de atividades de enriquecimento curricular, com os estágios integrados às escolas da rede, promovendo a relação teoria e prática etc. Mas que também supere e aprimore essas experiências no sentido de que possam realizar formação contínua dos professores da rede e de seus egressos, bem como para que sistematizem suas produções e suas práticas e possam difundí-las; para que realizem pesquisas sobre a realidade do ensino, como forma de se auto-aprimorarem, aprimorarem os seus currículos, suas atividades e seus professores;

▫ a manutenção e a ampliação da formação de professores no Estado de São Paulo pelo sistema público e gratuito;

▫ a criação de uma política de aproveitamento dos egressos formados pelo sistema público no próprio sistema, como forma de melhor aproveitamento dos recursos públicos.

QUE POLÍTICAS NECESSITAMOS PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES?

É inegável a necessidade de professores transformadores, criativos, que valorizem a educação como instrumento de democratização no atual panorama sócio-cultural brasileiro.

A formação desse perfil de professor exige políticas públicas que incorporem, entre suas preocupações, a construção de uma escola pública de qualidade, entendida como uma escola única para todos, que abrigue, durante o tempo necessário para a formação básica, todos aqueles que nela devem estar.

É com esta finalidade, que o Fórum proposto convoca as entidades dos educadores - APEOESP, CPP, ANFOPE, universidades, órgãos consultivos do Estado, como o Conselho Nacional de Educação (CNE) e o Conselho Estadual de Educação (CEE), órgãos do legislativo e do executivo, tais como a Assembléia Legislativa Estadual, a Câmara de Educação, as Secretarias de Educação Estadual e Municipal, e a Delegacia do MEC (DEMEC/SP) - e se propõe a contribuir para o debate sobre a (re)formulação de políticas para a formação de professores no Estado de São Paulo, especialmente, os das séries iniciais.

Que políticas públicas são necessárias para a elevação da qualidade da formação de professores para as séries iniciais no Estado de São Paulo?

Com esta questão fundamental, o Fórum objetiva desencadear um processo de discussão e possível transformação, que incorpore as boas experiências já realizadas, na formação de professores.

"É que a democracia como qualquer sonho não se faz com palavras desencarnadas, mas com reflexão e prática." (Paulo Freire)

Coordenação:

- Selma Garrido Pimenta - FEUSP - 05508-900
- Yoshie U. Ferrari Leite - UNESP - 19060-900

Coordenação Administrativa:

- Cléia M.L. Riveiro - UNIMEP/Piracicaba
- Livia Raquel Lorenzetti Lie - NEA/FEUSP
- Maria de Fátima B. Abdalla - FEUSP
- Stela C. Bertholo Piconez - NEA/FEUSP

Componentes do Fórum:

- Arleta Nóbrega Zelante - UNESP/Marília
- Branca Jurema Ponce - PUCSP
- Cláudia M.P.C. Gazzoli - CEFAM/Jaú
- Eugênio D. Berto - APASE - DE/Registro
- Gelson Yoshio Guibu - UNESP/Pres. Prudente
- Lúcia Moreira Bonilha - 2ª DE/Sorocaba
- Manoel O. Moura - FEUSP
- Maria Cecília C. Ferreira - UNIMEP/Piracicaba
- Maria Felismina de Resende e Fusari - FEUSP
- Marisa A. Pereira Santos - CEFAM/Bauru
- Marli Peixoto Fernandes - CPP
- Sérgio A. da S. Leite - FEUSP/UNICAMP
- Stela Miller - UNESP/Marília